

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

cial sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado à menos que estejam relacionados à combinação de negócios, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis for provável. Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. q) Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"). A Companhia, utilizando o método indireto na elaboração do DFC, classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. r) Demonstrações de valor adicionado: O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com BR GAAP equivo para IFRS representam informação financeira adicional. s) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores do Grupo e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor; nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. t) Informação por segmentos: O Grupo atua principalmente em duas áreas de negócios: distribuição de produtos farmacêuticos, cosméticos, perfumaria e similares, e o segmento varejo com as redes de drogarias do grupo D1000, com participação não relevante no capital de outras sociedades, conforme nota explicativa 29. u) Obrigações - Risco Sacado: Estas operações constituem uma alternativa de suporte aos nossos fornecedores, não são realizadas em grande volume e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para a Companhia, pressa, bem como o reconhecimento do negócio, não tem efeito negativo em termos de risco de crédito e portanto, preservando a essencialidade da transação. Além disso, a Administração não tem considerado o reconhecimento do Ofício CVM SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia. v) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se e quando cabível, quando entrarem em vigor. Alterações de políticas contábeis: As alterações foram adotadas em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são aplicadas retroativamente a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas prospectivamente. O Grupo avaliou o impacto das alterações e todos os contratos de empréstimo estão devidamente alocados no passivo circulante e não circulante. Com isso, eles não sofreram qualquer alteração no que tange a alocação de sua classificação no balanço. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de estimativa contábil. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada e permitida se divulgada. O Grupo avaliou e não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual forneceu exemplos para a aplicação das políticas contábeis a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações à IFRS Practice Statement 2 fornecem guias para a aplicação da definição de materialidade para a divulgação de políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo avaliou e não espera impacto significativo dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2020, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis futuras. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após, o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo avaliou o impacto dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas e não espera impacto em resultado, apenas reconhecimento de ativo e passivo de imposto diferido de natureza compensatória.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações do Grupo e das seguintes controladas:

	Participação (%)	
	31/12/2022	31/12/2021
Controladas diretas		
Health Ventures S/A. (i)	100,00%	99,95%
Promovendas Representações Ltda.	99,98%	99,98%
Locafarma Soluções de Transportes e Logística Ltda.	100,00%	100,00%
D1000 Varejo Farmácia Participações S/A (ii)	62,38%	53,49%
Conceffarma Marketing e Call Center Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas indiretas		
Nice RJ Participações S.A.	D1000	D1000
Drogaria Cipriano de Santa Rosa Ltda.	100,00%	100,00%
Holding subsidiária Controlada D1000	Nice	Nice
CSB Drogarias S.A.	100,00%	100,00%
Drogaria Rosário-05 S.A.	100,00%	100,00%
Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda (COF)	100,00%	100,00%
Casa Saba Brasil Holdings Ltda (iii)	0,00%	99,99%
	Locafarma	Locafarma
Holding subsidiária Controlada Locafarma		
Profarma Distribuidora de Produtos de Higiene e Beleza Ltda. (iv)	100,00%	100,00%
Coligadas		
Cannes RJ Participações S.A. (v)	-	10,10%
Supernova Comércio Atacadista S.A. (vi)	35,00%	35,00%
Health Meds Ltda (vii)	10,00%	10,00%
(i) Razão e objeto social alterados em 03 de maio de 2022, (anteriormente o objeto era prestação de serviço de tecnologia da informação com a razão social Farmacta Informática Ltda.). (ii) Conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Profarma em 29 de março de 2022 foram compradas 2,6 milhões de ações do mercado do Grupo D1000 Varejo Farma ao custo total de R\$21.609, aumento desta forma a participação de 53,49% para 62,38%. (iii) Incorporada pela Nice RJ Participações S/A em fevereiro de 2022. (iv) Empresa do ramo atacadista e distribuição em geral com predominância de produtos farmacêuticos, medicamentos, drogas de uso humano e veterinário e produtos de beleza e higiene em geral. (v) Holding, com participação direta de 100% na Profarma Specialty Farmaceutica S/A e 100% na Arp Med S/A, 99,99% Arp Med Services S/A e 100% Integra Medical Consultoria S/A. Investimento com participação de 10,1% vendida conforme nota explicativa nº 14. (vi) A Health Venture, holding com participação direta de 10% na Health Meds, empresa brasileira especializada em produtos à base de canabinóides, com investimento em pesquisas e desenvolvimento para oferecer aos pacientes produtos padronizados fitofarmacêuticos. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação das participações de controle; (c) Eliminação das participações de controle das empresas controladas; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; (e) As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior; (f) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.		

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1.902	30.642	9.333	49.030
Aplicações financeiras	123.868	60.099	173.922	139.487
	125.770	90.741	183.255	188.517

A Administração do Grupo define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Banco do Brasil, Bradesco, ABC, BNB, Banco de Brasília, Citibank e Caixa Econômica Federal, remunerado a taxa entre 83% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário-CDI (82% a 101,5% em 31 de dezembro de 2021). A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 28.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes	1.073.129	763.052	1.073.129	858.996
Clientes intercompany	204.851	179.514	-	-
Ative a valor presente	(1.091)	(575)	(1.091)	(575)
Perdas de créditos esperados	(1.141.804)	94.991	(1.072.838)	858.411
	(27.995)	(26.824)	(28.521)	(26.981)
	1.113.809	915.167	1.043.517	831.430

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A Vencer	896.314	733.521	1.029.370	828.398
Vencidos de 1 a 30 dias	14.442	8.983	14.709	9.562
Vencidos de 31 a 60 dias	2.711	1.532	3.390	1.940
Vencidos de 61 a 90 dias	1.986	929	2.047	982
Vencidos de 91 a 180 dias	2.787	2.332	3.037	2.483
Vencidos de 181 a 360 dias	4.218	2.908	4.545	3.120
Vencidos acima de 361 dias	15.586	12.847	16.031	12.847
	938.044	763.052	1.073.129	858.996

Segue movimentação para perdas de crédito esperadas (PCE):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em 31 de Dezembro de 2020	25.552	25.552	25.552	25.552
Adições	12.104	12.260	12.104	12.260
Baixas	(10.832)	(10.831)	(10.832)	(10.831)
Em 31 de Dezembro de 2021	26.824	26.981	26.824	26.981
Adições	10.459	10.828	10.459	10.828
Baixas	(9.288)	(9.288)	(9.288)	(9.288)
Em 31 de dezembro de 2022	27.995	28.521	27.995	28.521

Os valores foram ajustados a valor presente considerando a taxa média de envidramento do Grupo como taxa de desconto de 1,1644% a.m. em 31 de dezembro de 2022 (0,5197% a.m. em 31 de dezembro de 2021).

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Estoque para Venda (*)	1.085.953	950.303	1.242.940	1.091.104
Provisão para Perda	(5.211)	(7.275)	(1.237)	(1.084.631)
	1.080.742	943.028	1.235.666	1.084.631

(*) O aumento do saldo de estoque para venda em 14% está atrelado ao crescimento orgânico do Grupo no exercício 2022.

Movimentação da Provisão para Perda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em 31 de Dezembro de 2020	4.408	4.700	4.408	4.700
Adições	3.120	6.373	3.120	6.373
Baixas	(1.787)	(4.600)	(1.787)	(4.600)
Em 31 de Dezembro de 2021	5.741	6.473	5.741	6.473
Adições	3.121	4.468	3.121	4.468
Baixas	(2.935)	(3.667)	(2.935)	(3.667)
Em 31 de dezembro de 2022	5.927	7.274	5.927	7.274

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS (a)	311.392	272.618	322.268	283.422
IR e CSLL	3.496	2.162	25.779	21.147
PIS e COFINS (b)	11.758	13.862	22.500	17.189
PIS e COFINS OPERAÇÃO	44.170	39.717	47.607	45.128
Outros	1.052	1.050	1.052	967
	370.816	328.359	419.204	367.853

(a) O ICMS a recuperar refere-se, substancialmente, à substituição tributária sobre o valor dos estoques do Grupo. (b) Tratado em julgamento - Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS; Adicionalmente, a 13ª de maio de 2021 o Plenário do STF decidiu que exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é de fato válida a partir da data do julgamento do mérito (15 de março de 2017), bem como determinado que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado em nota fiscal. No primeiro trimestre de 2021 a Receita Federal do Brasil (RFB) promoveu a habilitação desses créditos, cujo saldo atualizado, após compensação de crédito em 31 de dezembro de 2022, totaliza R\$22.315 (R\$38.219 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$6,96 no consolidado (R\$71.880 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$17.634 (R\$13.862 em 2021) e R\$24.683 (21.574 em 2021) compensações realizadas no exercício de 2022 na controladora e consolidado respectivamente, com expectativa de que os créditos fiscais sejam ativados até 2024 e até 2026 na controladora e no consolidado respectivamente.

10. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis para venda (a)	3.000	3.000
Investimento (b)	-	44.903

(a) Composto por imóveis recebidos na quitação de contas a receber de clientes que estão disponíveis para venda. O valor justo dos bens disponíveis para venda encontra-se suportados por laudo de avaliação imobiliária. (b) Operação de venda concluída em 01 de junho de 2022 com a liquidação financeira no montante de R\$77.057 (saldo contábil de R\$47.236 em 01 de junho de 2022).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Despesas antecipadas com Projetos	415	601	415	601
Despesas antecipadas com IPTUs	2.066	1.389	2.850	1.941
Despesas antecipadas com licenças	89	83	115	111
Despesas antecipadas beneficentárias	1.246	1.246	1.246	1.246
Despesas antecipadas de seguros	2.906	2.495	3.328	2.909
Acordos Comerciais (a)	76.200	80.305	86.277	87.395
PCE de acordos comerciais (a)	(6.880)	(6.442)	(7.255)	(7.091)
Outras despesas antecipadas	646	875	2.064	2.521
	76.771	80.552	90.546	90.965

(a) Referem-se a reembolsos gerados principalmente pela recomposição de custo em venda dos produtos dos seus fornecedores. (b) Composto, principalmente, por aplicações de longo prazo obtidas no Banco BRB (R\$4.763 em 31 de dezembro de 2021) vinculadas como garantia ao financiamento de longo prazo obtido no mesmo banco. No consolidado há o valor de R\$519, referente a Crédito com Precatórios da CSB.

12. PARTES RELACIONADAS

O Grupo é composto pelas coligadas, controladas diretas e indiretas. A composição acionária da controladora está demonstrada na nota explicativa nº 5. A controladora possui controle de exclusividade no Fornecedor de mercadorias com Abrera de Linha de Crédito entre a Companhia, a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e as sociedades optativas controladas pela Companhia no segmento Varejo "rede d1000" por um período de 10 anos (a partir de 2020), sendo este renovável. Em 20 de setembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração aditivo contratual revisando as condições dos prazos de pagamento de juros das novas das controladas. Em 08 de novembro de 2021, a Companhia aprovou o 2º termo aditivo ao Contrato de Fornecedor, que prevê a substituição do Comitê de Partes Relacionadas pelo Comitê de Auditoria, além de uma atualização nas condições comerciais praticadas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Controladora, suas controladas e coligadas. As transações comerciais de compra e venda de produtos, vencíveis no curto prazo, estão demonstradas abaixo:

13. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal foi de R\$4.199 (R\$3.384 em 31 de dezembro de 2021) e da Diretoria R\$5.961 (R\$4.390 em 31 de dezembro de 2021). Os encargos sociais sobre essa remuneração totalizam R\$2.211 (R\$1.555 em 31 de dezembro de 2021). Além da remuneração, seguro saúde e de vida no montante de R\$95 (R\$52 em 31 de dezembro de 2021) e previdência privada no montante de R\$27 (R\$52 em 31 de dezembro de 2021).

14. INVESTIMENTOS

	Capital Social		Qtde de Quotas (lote mil)		Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício		Participação em %		Participação PL	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas												
Health Ventures S/A. (***)	2.008	8	2.008	8	2.269	389	(120)	211	100,00%	99,95%	2.269	388
Promovendas Representações Ltda.	938	8	938	8	199	78	(810)	(132)	99,98%	99,98%	198	78
Locafarma Soluções e Transporte Ltda.	850	250	850	250	533	900	(967)	(99)	100,00%	100,00%	533	900
Conceffarma Marketing e Call Center Ltda.	450	250	450	250	953	250	775	777	99,99%	99,99%	953	250
D1000 Varejo Farmácia Participações S/A (*)	1.004.004	1.004.004	675.473	675.473	849.494	838.138	11.355	5.011	62,38%	53,49%	529.914	448.320
Total Investimentos												
Coligada												
Supernova Comércio Atacadista S.A. (**)	300	300	300	300	(538)	(538)	-	-	35,00%	35,00%	(188)	(188)
Total de Provisão para Perda em Investimentos											(188)	(188)
Total Investimentos e Provisão para perda											533.679	450.173

(*) Holding com participação direta de 100% na Drogaria Cipriano (Rede de Drogarias Tamoi), e indireta de 100% na CSB Drogarias S/A (Rede Drogasimil), 100% na Drogaria Rosário S.A. e 100% na Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda (COF), classificada como controlada. (***) A provisão para perda em investimentos na Supernova Comércio Atacadista S/A constitui parte do saldo de outras contas a pagar apresentado no passivo não circulante do Grupo. (***) Razão e objeto social alterados em 03 de maio de 2022, (anteriormente o objeto era de prestação de serviço de tecnologia da informação com a

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS S.A.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(120.466)	(388.429)
Novos contratos/Remensurações	(7.603)	(63.273)
Rescisões contratuais	-	8.237
Pagamentos	32.627	113.599
Descontos (*)	-	2.983
Provisão de encargos financeiros	(11.440)	(34.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(106.882)	(360.528)
Circulante	(24.435)	(90.905)
Não circulante	(82.447)	(269.623)
Total	(106.882)	(360.528)

(*) Em relação aos beneficiários, através de descontos no pagamento do arrendamento, recebidos em função da COVID-19, o Grupo optou pela adoção do expediente prático, onde não é feita nenhuma reavaliação no valor do Direito de Uso e suas contrapartidas. Desta forma o montante do benefício recebido através de desconto no pagamento do arrendamento foi registrado como resultado operacional, estando esta metodologia em conformidade com a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) de 16/2020.

Montante reconhecido no resultado:

	Controladora	Consolidado
Depreciação de direito de uso	18.212	85.755
Encargos/AVP (*)	7.699	24.345
Descontos	(75)	(5.198)
Total	35.295	104.829
Depreciação de direito de uso	24.692	93.890
Encargos/AVP (*)	11.440	34.545
Descontos	-	(2.427)
Total	36.132	126.008

20. IMPOSTOS E TAXAS

	Controladora	Consolidado
Circulante		
ICMS	67.068	47.463
IR e CSLL	-	178
PIS e COFINS	-	1.609
Parcelamento - REFIS	-	52
Parcelamento - ICMS	6.636	9.298
Outros	6.206	10.002
Total	79.910	89.385
Não Circulante		
Parcelamento - ICMS	7.031	12.340
Parcelamento - REFIS	-	22
Total	7.031	12.340

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Abaixo segue montante de provisão para perdas estimadas com as ações em curso:

	Controladora	Consolidado
Tributárias	5.228	1.538
Cíveis	703	638
Trabalhistas	11.625	12.052
Total	17.556	14.228

Segue movimentação da provisão:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2020		
Reversões	1.869	633
Adições	(1.463)	(178)
Adições	(1.463)	(178)
Reversões	(143)	(7)
Reversões por pagamentos	(126)	(20)
Em 31 de dezembro de 2022	5.228	1.538
Em 31 de Dezembro de 2020		
Adições	2.889	896
Reversões	(3.798)	(4.248)
Adições	(2.030)	(321)
Reversões	(143)	(7)
Reversões por pagamentos	(126)	(20)
Em 31 de dezembro de 2022	16.494	2.112

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pulverizadas e têm origem em solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício. Existem outros processos avalizados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda provável, no montante aproximado de R\$428.196, no consolidado, em 31 de dezembro de 2022 (R\$538.436 em 31 de dezembro de 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não requerem sua contabilização. As contingências possíveis são pulverizadas, as principais causas referem-se a: Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2019, pela Receita Federal, no montante de R\$120.238 em 31 de dezembro de 2022 (R\$109.901 em 31 de dezembro de 2021) relativo à cobrança de PIS e de COFINS, das competências de 2014 e 2015. • Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2017, pela Receita Federal, no montante de R\$97.562 em 31 de dezembro de 2022 (R\$90.558 em 31 de dezembro de 2021) relativo à cobrança de PIS e de COFINS, da competência de 2013. • Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2018, pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal referente a suposto recolhimento a menor decorrente da apuração de diferença na base de cálculo de ICMS substituição tributária, no montante de R\$21.216 em 31 de dezembro de 2022 (R\$19.938 em 31 de dezembro de 2021). • Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo com o objetivo de desobrigar as associadas da ABRAPARMA de recolherem o FTT, em razão das flagrantes ilegalidades/inconstitucionalidades no montante de R\$19.347 em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.662 em 31 de dezembro de 2021). • Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente a suposta ausência de recolhimento de ICMS em operações de transferência interestaduais, no montante de R\$7.080 em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.644 em 31 de dezembro de 2021). • Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2015, pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$7.481 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.074 em 31 de dezembro de 2021), relativo a glosa de créditos decorrentes da utilização de benefícios fiscais em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. • Autuação a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente a suposta ausência de recolhimento de ICMS em operações de transferência interestaduais, no montante de R\$5.293 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5.066 em 31 de dezembro de 2021) relativo à aquisição de crédito de IPI para compensação de débitos de IPI e CSLL ano de 2002.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos: As movimentações nos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis, são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Ativo/Passivo		
Provisões para contingências	4.783	1.087
Prejuízo fiscal/BCN	45.900	-
Leases - CPC06 (R2)	4.920	1.477
Provisão perda esperada recebíveis	4.747	513
Provisão desconto financeiro/rebate	7.527	1.141
Ajuste a valor justo Ganhos	(2.048)	2.048
Outros	2.996	1.251
Não Circulante	68.825	7.517
Total	117.075	16.343

Detalhamento de Não circulante

	Controladora	Consolidado
Ativo	68.825	76.342
Passivo	-	-
Ativos/Passivos Diferidos	68.825	76.342

	Controladora	Consolidado
Ativo/Passivo		
Provisões para contingências	13.861	(825)
Prejuízo fiscal/BCN	200.641	10.978
Leases - CPC06 (R2)	17.697	3.901
Provisão perda esperada recebíveis - IFRS05/CP48	4.747	513
Provisão perda esperada recebíveis - IFRS15/CP47	7.527	1.141
Ajuste a valor justo	(2.048)	2.048
Outros	2.996	1.251
Não Circulante	245.691	20.101
Ativos Fiscais Diferidos	245.691	20.101
Valor justo Aquisição	(9.005)	-
Mais Mais Valias dos Ativos Líquidos de Companhias adquiridas	(64.598)	1.532
Amortização fiscal do ágio	(46.452)	(1.513)
Passivo Fiscal Diferidos (*)	(120.055)	(10.081)
Não Circulante	125.636	10.020

Detalhamento de Não circulante

	Controladora	Consolidado
Ativo	163.695	177.075
Passivo	(38.059)	(41.419)
Ativos/Passivos Diferidos	125.636	135.656

(*) Passivos fiscais diferidos decorrentes de aquisições e amortização fiscal de ágio. O Grupo estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 11 anos:

	Controladora	Consolidado
Exercícios		
2023	1.590	5.956
2024	3.206	3.206
2025	3.206	14.728
2026	3.206	17.833
2027	2.152	21.512
2028 e em diante	61.928	194.807
Total	76.342	265.792

b) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.357	78.970
Alíquota fiscal combinada	24.941	(23.415)
Pela alíquota fiscal combinada	(24.941)	(23.415)
Exclusões:		
Equivalência patrimonial	1.827	2.389
Subvenções governamentais (*)	107.819	110.492
Efeito IR do Prejuízo fiscal das controladas não reconhecido	(69.873)	(50.698)
IRCS Diferido reconhecido sobre Prejuízos Fiscais extemporâneos	-	4.158
Outras adições/exclusões permanentes	(7.315)	(9.863)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	7.517	9.324
Alíquota efetiva	10,25%	13,54%

(*) Refere-se a exclusão da base de cálculo do Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de incentivos governamentais estaduais de acordo com as regras pré-estabelecidas pela Lei Complementar 160 do ano de 2017. Todas as empresas do grupo optaram pelo regime de tributação de lucro real mensal por estimativa. c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao saldo total de prejuízo fiscal, pois não é totalmente certo que os juros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar integralmente os benefícios. Os impostos diferidos não contabilizados sobre prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2022 da Controladora representam o montante de R\$483.844 (R\$413.971 em 31 de dezembro de 2021), e no consolidado representam o montante de R\$94.572 em 31 de dezembro de 2022 (R\$522.706 em 31 de dezembro de 2021).

23. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE SUBSIDIÁRIA

	Controladora	Consolidado
Circulante		
Valores a pagar aquisição Rede Rosário	4.139	4.160
Total	4.139	4.160
Não Circulante		
Valores a pagar aquisição Rede Rosário	-	4.000
Total	-	4.000

Em dezembro de 2019, ocorreu renegociação em relação ao valor, termos e condições das contas a pagar pela aquisição da Rede Rosário. A dívida em 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$4.139 (R\$8.160 em 31 de dezembro de 2021), com vencimento de prazo trimestral, iguais e consecutivos, no montante principal de R\$1.000, sendo a última parcela com vencimento em 01 de outubro de 2023, atualizada mensalmente a juros remuneratórios equivalentes a 110% do CDI.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social integralizado é de R\$1.043.663 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.043.663 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 123.812.773 ações ordinárias (123.812.773 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, escriturais e sem valor nominal. O estatuto social do grupo autoriza, mediante deliberação do conselho de administração, o aumento do capital social até o limite de R\$1.500.000. Ações em tesouraria: A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 era de 1.202 ações, com registro no montante de R\$13.637, sem movimentações no período 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022. **Perda/ágio em transações de capital:** Saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$29.988 (R\$22.807 em 31 de dezembro de 2021), com movimentação em doze meses, decorrente de ajuste por valor justo por aquisição de ações no mercado da Rede D1000, no período de março a dezembro de 2022, com aumento de participação de 53,49% para 62,38%. b) Reserva de Lucros: Reserva Legal: Constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$4.044 (em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$3.909), de acordo com os termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, com limite de até o limite de 20% do capital social. Reserva de incentivos fiscais: A companhia constitui reserva de incentivos fiscais em função de regimes fiscais estaduais reconhecidos a resultados fiscais da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, de acordo a lei complementar 160 de agosto de 2017, referente a destinação do lucro. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituída reserva de incentivos fiscais de R\$55.580 (em dezembro de 2021 a constituição foi de R\$41.107). c) Dividendos: O estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76, não foi constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo obrigatório em função da destinação do lucro para as reservas obrigatórias: Reserva Legal e de Reserva de Incentivos Fiscais. Em 2022 não houve base para a distribuição de dividendos.

	Controladora	Consolidado
Lucro Líquido do exercício	80.874	80.874
(-) Reserva Legal	(4.044)	(4.044)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(55.580)	(55.580)
(-) Juros sobre Capital Próprio (*)	(21.250)	(21.250)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	107.819	110.492
Base de cálculo de dividendos	(69.873)	(50.698)
(*) Em 15 de dezembro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de administração a proposta de pagamento de Juros s/ capital próprio conforme abaixo:		
(-) Juros sobre Capital Próprio	(21.250)	(21.250)
(+) JRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	2.519	2.519
(=) Juros sobre Capital Próprio Líquido	(18.731)	(18.731)

d) Outros resultados abrangentes: A variação do valor justo de instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida sobre a rubrica outros resultados abrangentes e reclassificados no resultado no mesmo momento que for avaliada qualquer ineftividade do Hedge.

	Controladora	Consolidado
31/12/2022		
Classificação do hedge		
Objeto do hedge		
Hedge de fluxo de caixa	100.000	141,80% CDI - 28/08/2026
Hedge de fluxo de caixa	20.000	3,10% base 360 30/09/2024
Hedge de fluxo de caixa	40.000	2,98% base 252 09/11/2026
Período de 12 meses findos em	31/12/2022	Ganho/perda
	5.270	7.475

25. RESULTADO POR AÇÃO
Resultado básico e diluído: O cálculo básico do resultado por ação em 31 de dezembro de 2022, foi feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, comumente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro abaixo:

	Controladora/Consolidado
Resultado do exercício atribuído aos acionistas	80.874
Quantidade de ações (em milhares - média ponderada)	122.611
Resultado por ação básico (R\$)	0,660

O Grupo não possui ações preferenciais. Resultado diluído: Não há efeitos diluidores no resultado por ação, sendo desta forma resultado básico igual ao resultado diluído.

26. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora	Consolidado
31/12/2022		
31/12/2021		
31/12/2022		
31/12/2021		

27. RESULTADO FINANCEIRO
Despesas financeiras: Encargos s/ empréstimos e Instrum. financeiros s/ parcelamentos de impostos. Despesa financeira - AVP. Resultado de SWAP AJUSTE Mercado. Encargos sobre arrendamento. Ajustes monetários passivos. Outros.

	Controladora	Consolidado
31/12/2022		
31/12/2021		
31/12/2022		
31/12/2021		

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratas versus as condições vigentes no mercado. O Grupo e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos em estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Grupo. Os valores de realização são estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado. A Administração e o acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. 28.1. Gestão de capital: O grupo mantém uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas e os dividendos para o acionista também são monitorados. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. 28.2. Valor justo versus valor contábil: A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
31/12/2022		
31/12/2021		
31/12/2022		
31/12/2021		

Ativos mensurados pelo custo amortizado
Caixa e Equivalente de Caixa
Contas a Receber
Outros Ativos

Ativos mensurados pelo valor justo
Derivativos Ativos - Swap
Passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Empréstimos e Financiamentos
Derivativos Passivos - Swap
Passivos mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos
Fornecedores
Arrendamento a pagar
Outras contas a pagar

Ativos mensurados pelo custo amortizado
Caixa e Equivalente de Caixa
Contas a Receber
Outros Ativos

Ativos mensurados pelo valor justo
Derivativos Ativos - Swap
Passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Empréstimos e Financiamentos
Derivativos Passivos - Swap
Passivos mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos
Fornecedores
Contas a pagar - Aquisição de subsidiária
Arrendamento a pagar
Outros Ativos

Ativos mensurados pelo valor justo
Derivativos Ativos - Swap
Passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Empréstimos e Financiamentos
Derivativos Passivos - Swap
Passivos mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos
Fornecedores
Contas a pagar - Aquisição de subsidiária
Arrendamento a pagar
Outros Ativos

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pelo Grupo. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação incluindo possíveis fontes de ineftividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge - valor nominal, vencimentos, indexadores), como quantitativa. A contabilidade do hedge de fluxo de caixa é reconhecida da seguinte forma: A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de hedge) é uma ineftividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos e calculadamente para a demonstração no mesmo momento em que o item protegido impacta o resultado. A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção). A contabilidade do hedge de valor justo é reconhecida da seguinte forma: Todo o ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado financeiro. Adicionalmente, o Grupo designou para hedge accounting de fluxo de caixa, derivativos como instrumentos de proteção dos novos empréstimos bancários em moeda estrangeira. As operações de swap em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI, sendo, no entanto, caracterizados como hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado e/ou outros resultados abrangentes. Os swaps estão reconhecidos pelo seu valor justo por meio do resultado na totalidade e em outros resultados abrangentes apenas para parcela efetiva do hedge. Em todos os swaps contratados o Grupo receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada ("Ponta Ativa") e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI ("Ponta Passiva"). O valor justo da Ponta Ativa é calculado da seguinte forma: o valor em dólares na data de vencimento da operação é descontado a valor presente pelo fator pro rata temporis do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Ptax de fechamento da data base. O valor justo da Ponta Passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação diária do fator percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo valor percentual do CDI contratado. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator pro rata temporis da taxa pré-fixada brasileira. O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta Ativa e Ponta Passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes de mercado independentes como a B3 e provedores de informações financeiras enquanto a cotação dólar Ptax é obt

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS S.A.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sammy Birmarcker Manoel Birmarcker Armando Sereno Carlos Gros Marcel Sapir Rafael Teixeira Sun Park Ana Marta Horta Bernardo de Barros Franco

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Gilberto Braga Elias de Matos Brito Marcello Joaquim Pacheco

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Carlos Randolpho Gros - Coordenador Lucia Maria Martins Casasanta - Membro Marcel Sapir - Membro

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê, órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o relatório da Administração e a minuta do relatório dos auditores independentes, sem ressalvas, a ser emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S e considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM 81/2021, conforme alterada, emite a seguinte recomendação: *“Considerando as discussões e esclarecimentos pertinentes prestados pela gestão da Companhia e seus Auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.C., o Comitê de Auditoria, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da Profarma, das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.”*

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Membros:

Carlos Randolpho Gros - Coordenador do Comitê Lucia Maria Martins Casasanta - Membro do Comitê Marcel Sapir - Membro do Comitê

DECLARAÇÃO

Os diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e de suas controladas, abaixo assinados, deram que, em reunião nesta data, revisaram e discutiram as Demonstrações Financeiras da Companhia (Controladora e Consolidada), tendo aprovado os referidos documentos e deliberado encaminhar ao conselho de administração proposta de sua aprovação por aquele órgão.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

Sammy Birmarcker - Presidente Maximiliano Guimarães Fischer - Diretor de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que expressa uma opinião sem ressalvas, datado de hoje, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados para deliberação e recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Gilberto Braga - Presidente do Conselho Fiscal Elias de Matos Brito - Membro do Conselho Fiscal Marcello Joaquim Pacheco - Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO

Os diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e de suas controladas, abaixo assinados, deram que, em reunião nesta data, revisaram e discutiram o relatório dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento e deliberado encaminhar ao conselho de administração proposta de sua aprovação por aquele órgão.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Sammy Birmarcker - Presidente Maximiliano Guimarães Fischer - Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado nas notas explicativas 1, 4.2b e 26, as receitas do Grupo são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são pulverizadas, descentralizadas e que ocorrem em grande volume requerendo controles internos e processos que garantam a integridade das operações e o reconhecimento da receita somente quando se dá a transferência de controle das mercadorias. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para a Companhia e suas controladas, incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia para mensuração e realização das vendas; (ii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iii) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (iv) por meio de uma amostragem analisamos o relatório de prazo médio de entrega das mercadorias, junto com os respectivos comprovantes de entregas; (v) teste de corte de competência das receitas, com base em amostra de transações e análise das devoluções realizadas em período subsequente; (vi) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor de distribuição e varejo. e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações efetuadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ativos não-financeiros (“impairment”):** Conforme mencionado nas notas 4.2K, 16 e 22, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível, incluindo ágio por rentabilidade futura gerados na combinação de negócios, nas aquisições em redes varejistas e créditos fiscais diferidos. Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos a testes de recuperabilidade (“impairment”) anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponíveis, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria

executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/F
Leonardo Amaral Donato
Contador CRC-RJ090794/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 22/03/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/22/PROFARMA1568406122032023.pdf>
Hash: 16794404708c0af8ab846c484db0dd2d8a5aaa7993